

ADOCIMENTO DO CORPO DOCENTE NA SOCIEDADE DE VIGILÂNCIA E DE CONTROLE

Fernanda Andressa dos Santos Chagas¹, Rafael da Silva Mattos², Juliana Brandão Pinto de Castro¹, Madel Therezinha Luz³, Wecisley Ribeiro do Espírito Santo¹

¹ Programa de Pós-Graduação em Ciências do Esporte e do Exercício da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

² Instituto de Educação Física e Desportos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

³ Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Correspondência para profmattos2010@gmail.com

Submetido em 29 de Outubro de 2017.

Primeira decisão editorial em 26 de Novembro de 2017

Aceito em 22 de Dezembro de 2017

RESUMO

A Sociedade disciplinar pode ser situada entre os séculos XVIII e início do XX. Nela, destaca-se o enclausuramento, operação fundamental e, como função maior, o adestramento. Chamamos de disciplinas os métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, realizando uma sujeição constante de suas forças, impondo-lhes uma relação de docilidade-utilidade. A sociedade de controle ascendeu na metade do século XX e foi discutida por Deleuze como um aperfeiçoamento das tecnologias de poder sobre a vida, ultrapassando os muros institucionais. É marcada pela suposta ausência de limites geográficos definidos. Nessa, há uma predominância do poder cada vez menos localizável e o predomínio de indivíduos supostamente livres, mas normatizados por práticas, discursos e políticas de saúde. Este ensaio teve como objetivo identificar algumas características da disciplina e do controle da sociedade que podem ser determinantes sociais na saúde de docentes que trabalham em instituições de ensino superior. O adoecimento e o sofrimento desses trabalhadores têm aumentado, principalmente em paralelo ao crescimento exorbitante de práticas individualistas e produtivistas no desempenho das tarefas docentes e do produtivismo.

Palavras-chave: Sociedade Disciplinar. Sociedade de Controle. Saúde. Saúde do Trabalhador. Professor Universitário.

DETERIORATION OF THE TEACHING STAFF IN THE SURVEILLANCE AND CONTROL SOCIETY

Fernanda Andressa dos Santos Chagas¹, Rafael da Silva Mattos², Juliana Brandão Pinto de Castro¹, Madel Therezinha Luz³, Wecisley Ribeiro do Espírito Santo¹

¹ Programa de Pós-Graduação em Ciências do Esporte e do Exercício da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

² Instituto de Educação Física e Desportos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

³ Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Correspondence to profmattos2010@gmail.com

Submitted in October 29th 2017

First editorial decision November 26th 2017

Accepted in December 22nd 2017

ABSTRACT

The disciplinary society may be located between the XVIII and early XX centuries. In it, there is the enclosure, basic operation and, as higher function, the dressage. We call disciplines the methods that allow detailed control of the body's operations, performing a constant subjection of its forces and requiring them to docility-utility ratio. The control society rised in the mid-twentieth century and has been discussed by Deleuze as an enhancement of the power's technology on the lives, exceeding the institutional walls. It is marked by the pretended lack of defined geographical boundaries. In this, there is a prevalence of a power each time less traceable and the predominance of supposedly free individuals, but normalized by practices, speeches and health policies. This essay aimed to identify some characteristics of social discipline and control that can be social determinants in the health of teachers who work in higher education institutions. The deterioration and suffering of these workers have increased, mainly due to the exorbitant growth of individualistic and productivist practices in the performance of teaching tasks and productivism.

Keywords: Disciplinary society. Control Society. Health. Worker's health. College professor.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de pesquisas textuais e empíricas (NUNES, 2003; REZENDE; IANNI; ALVES, 2009) realizadas desde as décadas de 1990 e primeira década deste século, por vários autores no campo das ciências sociais e da saúde (CANGUILHEM, 1993; LUZ, 2013). Busca interpretar, a partir da perspectiva da sociologia, a desestruturação e a instabilidade da carreira do magistério, com o adoecimento consequente de uma fatia crescente desta categoria (ARAÚJO et al., 2003). Trata-se de um ensaio que traz um debate atual e relevante sobre o sofrimento e o produtivismo relacionados aos professores universitários.

Utilizamos dados secundários nas análises sobre esta profissão, bem como interpretações teóricas de autores pioneiros, como: Dejours (1994), Antunes (1995), Lukács (2013), Lacaz (1997). Eles estudam a instabilidade e a deterioração das relações sociais no emprego de diversos setores da força de trabalho no capitalismo globalizado, quanto a aspectos psicossociais consideravelmente impactantes na saúde. Além desses elementos, preocupam-se com o possível impacto da perda de parâmetros normativos e de uma ética profissional solidária no agir, marca do mundo do trabalho em um século e meio de história, pelo menos bem como face à possível perda de parâmetros de ética profissional.

Com a perda de valores profissionais que foram por mais de um século a marca social do magistério e a fonte de sua autoridade e prestígio na sociedade, bem como o poder simbólico desses profissionais, a ética profissional entra em estado crítico de crise. Nesta situação, este segmento de trabalhadores perde autoridade não só sobre os alunos, como também face a funcionários *administrativos*, antes restritos ao pleno desempenho e performance das *atividades meio* relativas ao ensino. Atualmente, estes funcionários concentram-se no cumprimento das tarefas tecno-burocráticas virtuais continuamente geradas pelas unidades centrais das Universidades e pelas Agências de Ciência e Tecnologia, destinadas ao acompanhamento e controle contábil do desempenho das atividades dos docentes, nomeadas de “produtividade”.

Este texto discute influências provenientes de características das sociedades disciplinar e de controle na saúde de professores que trabalham em instituições de ensino superior no país. Para isso, é necessário compreender as relações da Sociedade Disciplinar (FOUCAULT, 1993) e da Sociedade de Controle (DELEUZE, 2013) para poder responder à questão: quais são as características dessas sociedades no comprometimento da saúde desses docentes?

Segundo Portocarrero (2004), na genealogia foucaultiana se evidencia o caráter peculiar das formas de exercício do poder nas sociedades contemporâneas ocidentais. O poder assume formas regionais e concretas extremamente eficientes com o objetivo de fazer do indivíduo e da população entidades *normais e saudáveis*.

A partir do século XVIII, destacaram-se formas principais de dispositivos que caracterizariam a disciplina. Dentre elas, destaca-se a anátomo-política do corpo, que tinha como alvo o corpo compreendido como máquina (como algo a ser adestrado, a ter aptidões ampliadas, forças extorquidas, utilidade e docilidade aumentadas). Desse modo, este corpo deveria ser integrado em sistemas de controle econômicos eficazes (FOUCAULT, 1993).

De acordo com Verthein e Gomez (2011), a luta pela saúde como um direito tomou a cena nas relações do trabalho quando os trabalhadores do início do século XX reivindicaram formas de regulamentação da vida, no espaço das instituições em que as subjetividades produtoras de homens-máquinas capturavam memória, inteligência e sensibilidade. Dentro desse contexto, os autores afirmam que o trabalho no âmbito capitalista foi uma espécie de indicador fundamental do delineamento da sociedade disciplinar. Esta era embasada entre o “normal” produtivo e o “anormal” improdutivo. Além disso, o trabalho criaria o hábito da regularidade, da atenção, da obrigação e da imposição do *biopoder* como estratégia normativa do social. Ou seja, o corpo tornou-se instrumento da racionalidade no mundo do trabalho,

ficando, cada vez mais, marcado pela relação entre medicina, pedagogia e certas técnicas políticas de intervenção.

Merlo e Lapis (2007) afirmam que a própria organização do trabalho (tarefas realizadas pelos trabalhadores, sendo predefinidas e descritas de maneira detalhada, a fim de garantir a máxima produtividade) é a principal fonte de agressão à saúde do trabalhador. Conforme afirma Dejours (1994), quando a organização do trabalho e o próprio trabalho se opõem à livre atividade do aparelho psíquico, isso pode gerar um perigo para ele e desencadear um grande sofrimento para o trabalhador. A partir desse contexto, surge o que Mattos (2015) explica ser um novo regime e ritmo de trabalho, onde foram desmontadas as formas estáveis de emprego (herdadas do fordismo), substituídas por formas flexibilizadas, que, apesar de trazerem muitos ganhos em produtividade, ocasionam aumento da exploração *no* e *do* trabalho, causando a deterioração das condições de trabalho.

Este controle continuado sobrecarrega a jornada de trabalho dos professores, independentemente do período do ano, mesmo durante as férias, com infindáveis atividades de relatoria virtuo-burocráticas, moldadas em programas digitais cujo modelo é praticamente rotativo, em termos de mudança dos “*modelos de programas*”, em avaliação quantitativa sobre itens específicos, permanecendo basicamente contábil, quantitativo. Tais atividades ligadas à “prestação de contas” tomam parte significativa do tempo do docente. Tempo este necessário à preparação de aulas, bem como à avaliação qualitativa criteriosa do desempenho de alunos, ligado ao acompanhamento sistemático da realização de projetos, desde a análise de dados até a reflexão crítica de resultados e redação de textos qualificados. Em última instância, a virtuo-burocracia consome o tempo das atividades-fim do ensino superior: o ensino de qualidade, a pesquisa, a invenção e a inovação.

Apesar de se apresentar como inovador e aparentar ser orgânico ao momento atual de desenvolvimento do capitalismo mundializado (no sentido de possibilitar e mesmo otimizar seu fluxo de informações e sua continuidade), o mencionado sistema de virtualização burocrática das atividades nobres ligadas à educação, universitária ou não, e o controle estrito das atividades de ensino/pesquisa, tende a produzir danos persistentes não apenas na saúde de docentes e alunos, como tende, também, a diminuir a prática da pesquisa como atividade de reflexão e análise. Sendo assim, percebe-se uma oposição à tão buscada inovação científica, marca histórica da universidade, nomeada com frequência como finalidade central da mesma.

O adoecimento e o sofrimento de docentes que trabalham em instituições de ensino superior têm aumentado como em outros setores, e têm ocasionado diversos afastamentos desses profissionais dos seus locais de trabalho e estresses diante das prerrogativas de produções exacerbadas. Além disso, há acentuação nos números de casos de depressão e do desejo de abandono do exercício da profissão docente (BENEVIDES-PEREIRA et al., 2008; CARLOTTO, 2011; LUZ, 2005; 2013; SOUZA et al., 2003). Portanto, este ensaio teve como objetivo identificar algumas características da disciplina e do controle que podem ser determinantes sociais na saúde de docentes que trabalham em instituições de ensino superior.

SOCIEDADE DISCIPLINAR

De acordo com Foucault (1993), o corpo está aprisionado dentro de poderes que lhe impõem limitações e obrigações. Ele percebeu que, durante a época clássica, houve uma descoberta do corpo enquanto objeto e alvo de poder. O autor afirma que, no século XVIII, houve um grande interesse nesses esquemas de “docilidade” e que havia uma diversidade “inovadora” nessas técnicas. Passou-se a dar ênfase ao cuidado com o corpo de maneira detalhada, tendo grande importância a eficácia dos movimentos, sua organização interna, sua economia, além de seu espaço e tempo. Esses métodos que permitem um controle minucioso

das operações corporais também impõem uma relação de docilidade-utilidade do corpo, sendo, por isso, denominados de disciplinas.

A *utilização exaustiva do corpo* nos faz compreender a disciplina como organizadora de uma economia positiva. Importa-se em extrair do tempo, continuamente, mais instantes disponíveis e, destes, cada vez mais forças úteis. Ou seja, o máximo de rapidez deve encontrar o máximo de eficiência. Como exemplo clássico, temos a escola mútua que foi “formatada” como aparelho de intensificação da utilização do tempo. Nela, havia uma organização capaz de regular as operações realizadas, simultaneamente, por intermédio de grupos de alunos que eram “supervisionados” por monitores e adjuntos. Desse modo, desviava-se a linearidade e o caráter sucessivo do mestre. Além disso, essa organização permitia que houvesse um ritmo imposto por comandos, sinais e apitos a todos, criando, desta maneira, normas capazes de reger o tempo com o objetivo de ensinar a rapidez como virtude e acelerar o processo da aprendizagem.

Nesse contexto, Foucault (1993) destacou a existência de *recursos para um bom adestramento*, ressaltando os chamados observatórios, os panópticos. Nestes, havia técnicas de vigilância múltiplas, permitindo os olhares que devem ver sem ser vistos. Cada olhar seria um acessório no funcionamento integral do poder. Logo, percebeu-se o surgimento de uma arquitetura que é feita para permitir um controle interior de modo detalhado e articulado operando de maneira a transformar os indivíduos. Assim, as instituições disciplinares (escolas, hospitais, acampamentos militares) fabricavam uma espécie de “máquina de controle” que funcionava de forma a realizar uma microscopia do comportamento humano visando alcançar um poder contínuo e uniforme. Para que essa finalidade fosse alcançada, seria necessário um único olhar que obtivesse uma capacidade de visualização simultânea.

Nesse contexto, surgem operações muito características da penalidade disciplinar. Dentre elas, destaca-se a qualificação dos desempenhos e comportamentos. Estes estariam sempre no campo das boas e más notas (polos positivos e negativos). Isso permite, também, uma economia e quantificação, que é traduzida em números, o que possibilita obter balanços positivos e negativos de cada indivíduo. Logo, haveria uma hierarquização mútua dos “bons” e “maus” indivíduos dentro desses aparelhos disciplinares. Percebe-se, então, que há uma divisão convergindo com a classificação dos indivíduos. Esta exerceria tanto a função de marcar os desvios e hierarquizar as qualidades, competências e aptidões, quanto de castigar e recompensar.

BIOPOLÍTICA DO PODER E SOCIEDADE DE CONTROLE

Foucault (1997) nos faz compreender que, a partir de meados do século XVIII, houve o surgimento de uma nova técnica de poder que era diferente das percebidas na sociedade disciplinar. Nas técnicas disciplinares, os mecanismos de poder se aplicavam diretamente ao corpo do indivíduo, procurando adestrá-lo, extrair suas forças, ampliar sua aptidão e aumentar sua docilidade e utilidade.

No entanto, nessa nova tecnologia de poder, a ênfase é dada ao “homem vivo”, ou seja, há uma organização do poder sobre a vida. Logo, pode-se perceber que houve um poder político que assumiu a tarefa de gerir a vida, centrando-se no corpo espécie e preocupando-se com o corpo enquanto suporte de processos biológicos. Dentre esses, destacam-se: a mortalidade, a longevidade, os nascimentos, a proliferação, o nível de saúde, a duração da vida e todas as condições de variações desses processos. Diante disso, houve uma série de intervenções e controles reguladores que foram denominados pelo autor de “biopolítica da população”. Além disso, a numerosidade e a diversidade de técnicas visando a obtenção do controle da população e de sujeição dos corpos caracterizariam o que foi denominado, pelo autor, de “era do biopoder”.

O homem ocidental vai aprendendo o que é ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde coletiva e individual, ser uma espécie viva em um mundo vivo e

ter forças que podem se modificar e repartir otimamente. Logo, percebe-se o biológico refletindo no político, o viver instalado no campo de controle do saber e de intervenção do poder. Esse último muito mais preocupado com a vida do que com a morte.

Foucault (1976) nos faz compreender que na biopolítica não se tratará, apenas, da fecundidade, óbitos, nascimentos e reprodução de uma população. Dentro desse contexto é que se introduz uma medicina preocupada cada vez mais com a higiene pública, com campanhas de aprendizado da higiene e da medicalização da população.

De acordo com Deleuze (2013), após a segunda Guerra Mundial, as sociedades disciplinares estavam começando a entrar em uma crise generalizada de todos os seus meios de confinamentos (família, escola, prisão, hospital, fábrica). Houve uma série de reformas, anunciadas por autoridades competentes, que seriam necessárias. Dentre essas, destacam-se: a reforma da indústria, do hospital, da prisão, da escola, do exército. Entretanto, sabe-se que essas instituições estão de alguma maneira condenadas por um prazo ainda longo aos “mecanismos disciplinares”. Sendo assim, percebe-se que esses “pronunciamentos” serviriam para manter as pessoas ocupadas até que se chegasse à instalação de novas forças, as quais foram denominadas de *sociedade de controle*. O autor afirma que esse “controle” foi reconhecido por Michel Foucault como nosso “futuro próximo”.

Nesse mesmo contexto, Deleuze (2013) também discorre acerca das formas ultrarrápidas de controle ao ar livre, responsáveis por substituírem as oriundas do sistema disciplinar que operavam em sistema fechado. Além disso, o autor nos faz perceber que não se deve pensar nesses diferentes “sistemas” como sendo um mais tolerável ou mais duro que o outro, porque em cada um deles é que se enfrentam as sujeições e liberações. Sendo assim, pode-se entender que os confinamentos (presentes na sociedade disciplinar) são interpretados como diferentes moldes, enquanto que os controles (presentes na sociedade de controle) são uma modulação (mudança contínua).

A partir do exposto acima, Deleuze (2013) fornece o exemplo dos salários, esclarecendo que, dentro de uma sociedade de controle, as fábricas foram substituídas por empresas. Nestas, há uma modulação para cada salário, um sistema de metaestabilidade. Ou seja, introduz-se a todo tempo uma rivalidade, que funciona como motivação para os indivíduos e que também atravessa cada um deles, dividindo-os em si mesmos. Isso pode ser estendido a própria educação por intermédio de um princípio modulador denominado de “salário por mérito”. Deleuze (2013, p. 225) afirma que “assim como a empresa substitui a fábrica, a *formação permanente* tende a substituir a escola, e o controle contínuo substitui o exame. Este é o meio mais garantido de entregar a escola à empresa”. O que se diverge, e muito, do que se observou na sociedade disciplinar, onde os confinamentos são moldes e as fábricas eram um corpo que levavam suas forças internas aos mais altos níveis para produção e aos salários mais baixos.

Deleuze (2013) nos faz compreender que em uma sociedade de controle o essencial é a cifra (a senha, linguagem numérica do controle), que irá marcar a rejeição, ou o acesso à informação. Entra-se, então, na era do indivíduo divisível e das massas sendo consideradas dados, amostras, bancos ou mercados. O autor afirma que possivelmente é o dinheiro que será capaz de explicar a distinção entre as sociedades disciplinar e de controle. Isto é dito, pois na primeira fazia-se referência a moedas cunhadas de ouro (medida padrão) e na segunda há modulações e trocas flutuantes fazendo com que haja uma intervenção por intermédio de cifra em um percentual de divergentes amostras de moedas.

Dentro desse contexto, Deleuze (2013) afirma ser fácil corresponder a cada uma dessas sociedades (disciplinar e de controle) diferentes tipos de máquinas. Isso porque elas exprimem formas sociais que são capazes de propiciar nascimento a essas sociedades e serem utilizadas. As máquinas operadas nas denominadas sociedades de controle são aquelas que se referem aos computadores e à informática, onde o perigo ativo é a introdução de vírus e a pirataria enquanto que o passivo é a interferência. Nas sociedades disciplinares, operava-se com máquinas

energéticas, cujos perigos ativo e passivo versavam entre a sabotagem e a entropia. Percebe-se, então, que além do avanço tecnológico ou das mudanças tecnológicas, houve também uma grande modificação no capitalismo. Este, no século XIX, era de concentração e voltado para a produção. Na sociedade atual, ele é de superprodução, dirigido ao produto (mercado ou venda), fazendo com que o serviço de vendas seja a “alma” da empresa e o marketing seja um instrumento de controle social. Sendo assim, o controle pode ser interpretado como de rápida rotação e curto prazo e, simultaneamente, contínuo e ilimitado. De tal modo, “o homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado” (DELEUZE, 2013, p. 228).

SAÚDE DO TRABALHADOR: PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

Robaina e Pinheiro (2015) observaram, a partir de relatórios da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1981), que cerca de 160 milhões de pessoas por ano adoecem pelo trabalho. Ademais, há taxas cada vez mais elevadas de suicídio (dentro e fora do espaço de trabalho) e cerca de 30% dos trabalhadores são acometidos por algum transtorno mental considerado não tão grave. Essas autoras esclarecem que, durante os anos de 1998 e 2002, a depressão foi responsável por cerca de 65% dos afastamentos dos trabalhadores de seu local de trabalho. Constatou-se, assim, que os transtornos mentais foram responsáveis pelo afastamento dos indivíduos, os quais eram, em sua maioria, professores.

Além disso, as autoras destacam a diminuição da qualidade da transmissão do conhecimento/informação acumulado nas disciplinas, devido à insuficiência de tempo para atualização dos docentes. Isto decorre do cerco constante advindo do controle virtual burocrático, o qual “comprime” o tempo de elaboração de atividades de campo e análises desenvolvidas nos projetos, assim como o tempo normal de amadurecimento do material pesquisado para interpretações. Este tempo diverge do tempo/ritmo virtual, sobretudo se tais atividades implicam em conclusões teóricas inovadoras, ou em tomadas de decisão técnicas ou políticas, geradoras de tecnologia social.

Destarte, compreende-se a importância de se analisar e entender as relações existentes nessas sociedades que tem como “modelo” o sistema capitalista e, sobretudo, as maneiras pelas quais ele influencia no processo de saúde-doença dos sujeitos, mas especificamente, dos docentes.

Adam e Herzlich (2001) afirmam que tanto a saúde quanto a doença não devem ser reduzidas a simples estatísticas, posto que declarar-se doente ou saudável requer um julgamento de valor. Muito próximo a essa concepção, Scliar (2007) define o conceito de saúde como aquele que reflete a conjuntura social, política, econômica e cultural. Ou seja, a saúde não tem o mesmo significado para todas as pessoas e será interpretada de acordo com valores individuais, concepções filosóficas, religiosas e científicas de cada sujeito em determinada sociedade.

Estes autores observaram ter havido uma maior preocupação do Estado com a saúde, ocorrida no final do século XIX, que foi muito embasada no higienismo (uma forte corrente médica em expansão nessa época). Dentro desse contexto, também permeado pela Revolução Industrial, há um contato grande entre a doença e a medicina, a qual foi se transformando. Logo, a medicina deixou de ter proximidade com a magia e a religião e passou a ter relação intrínseca com a ciência moderna. Por conta disso, ela é denominada também de medicina científica moderna (caracterizada pela busca de um saber racional sofisticado e pela especialização do papel do médico). Esta última traz consigo o que se reconhece como uma sociedade medicalizada, onde o modelo médico (fortemente marcado pelos conhecimentos psicológicos) impõe-se na definição e no tratamento de numerosos problemas públicos contemporâneos.

Essa medicalização surge em consequência da evolução de dois importantes elementos: a *proteção social*, baseada na concepção de Estado moderno como Estado previdenciário (no

final do século XIX houve promulgação da lei de assistência médica gratuita e de acidentes no trabalho e foi instituída em 1945, efetivamente, a lei de seguridade social), e a *medicina científica moderna*. Esses elementos trazem um direito, para os indivíduos, por cuidados médicos. Porém, isso não quer dizer que houve um direito à saúde. O que ocorreu, nesse contexto, foi o avanço dos dispositivos de proteção e seguridade social juntamente com o avanço da medicina. Isso acarretou consequências sobre as condições do doente e do cuidado das doenças na sociedade atual (ADAM; HERZLICH, 2001).

Tratando-se dessas sociedades industrializadas contemporâneas, Adam e Herzlich (2001) esclarecem que elas trazem a questão da saúde como um valor central, principalmente pelo fato dela estar, comumente, associada à felicidade. A respeito desta última, Luz (2013) deixa claro que ela não pode ser desligada da sociedade e nem dos tipos de relações que são estabelecidas pelas pessoas. Para a autora “a saúde, como a felicidade das pessoas, é socialmente forjada no encontro – ou desencontro – do conjunto humano em que vivemos” (LUZ, 2013, p. 9). Faz-se importante ressaltar que no ano de dois mil a Organização Mundial da Saúde (OMS) lança o lema: “Saúde para Todos”. Segundo Matta (2005), a OMS o difunde com o objetivo inicial de propiciar um padrão de saúde que permitisse a todas as pessoas a oportunidade de levar uma vida social e economicamente produtiva. Esse mesmo autor afirma que o emblema “Saúde para Todos” foi inspirado em um dos princípios constitucionais da OMS: o gozo do maior nível possível de saúde é um dos direitos fundamentais do ser humano, sem distinção de etnia, religião, ideologia política, condição social ou econômica (WHO, 1946).

Contudo, esta concepção da OMS foi muito otimista e ainda persistem muitas desigualdades no campo da saúde, uma vez que existem diversas variações nos estados de saúde dos indivíduos, as quais sofrem influência de aspectos psicossociais, afetando o biológico (ADAM; HERZLICH, 2001; MENDONÇA, 2014).

O objeto da saúde do trabalhador pode ser definido como processo de saúde e doença dos grupos humanos em sua relação de trabalho. Ou seja, a saúde do trabalhador busca explicações a respeito do morrer e do adoecer dos trabalhadores, embasando-se nos processos de trabalho e se articulando com crenças, ideias, valores e representações sociais na civilização urbano-industrial. Nessa concepção, considera-se o trabalho como organizador da vida social e como espaço de dominação e submissão do trabalhador pelo capital (MENDES; DIAS, 1991; MARX, 1996).

Segundo Vasconcellos (2007), a expressão *saúde do trabalhador*, enquanto campo de conhecimentos relacionados a uma área ou programas de saúde, é relativamente recente. No Brasil, surgiu no final dos anos de 1970, sendo recepcionada pelo discurso da Saúde Coletiva, principalmente após o início dos debates acerca da reforma sanitária brasileira. Tal expressão foi moldada pelas bases que permeiam a medicina social latino-americana e foi muito influenciada pelo movimento de reforma sanitária italiana. A partir disso, “foi ganhando contornos de campo de conhecimentos e de intervenção ligada aos determinantes do processo saúde-doença oriundos nos processos produtivos e suas implicações sociais diretas e indiretas sobre os trabalhadores, suas vidas e suas famílias” (VASCONCELLOS, 2007, p. 163).

Durante muito tempo as referências políticas, institucionais, técnicas e científicas sobre a relação saúde-trabalho eram exclusivamente pautadas nos campos da Medicina do Trabalho (MT) e da Saúde Ocupacional (SO). Logo, a consolidação do Direito Trabalhista e da própria medicina do trabalho, na relação contratual do trabalho, delineou sua localização no campo do direito do Trabalho e não da saúde pública. Assim, de alguma forma, o campo da saúde do trabalhador é marcado pela experiência operária e proporciona a ampliação do conceito de saúde (RODRIGUES, 2015; VASCONCELLOS, 2007).

Principalmente a partir da década de 1980, onde ocorreu uma conjuntura política de organização e de lutas pela redemocratização do país, originou-se o campo da saúde do trabalhador. Alguns fatores influenciaram a gênese social desse campo, como: o movimento a

favor da reforma sanitária brasileira, que foi inspirado nas diversas iniciativas mundiais voltadas para a universalização e a promoção da saúde, contribuindo para a institucionalização da área da saúde do trabalhador; o avanço da produção acadêmica em setores da medicina preventiva e social e da saúde pública (apoiada na medicina social latino-americana), que ampliou o quadro de interpretação do processo saúde-doença permitindo a inclusão da categoria trabalho entre os determinantes sociais (GOMEZ, 2011).

Tratando-se ainda da década supramencionada, Antunes (1995) nos traz a reflexão que em países com avançado sistema capitalista, presenciou-se transformações no mundo trabalho. Tanto em suas formas de representação sindical e política quanto nas de inserção na estrutura produtiva. Nessa mesma época houve um grande “salto” tecnológico que foi evidenciado pela presença da robótica, microeletrônica e da automação individual invadindo o universo fabril e se desenvolvendo cada vez mais nas relações de produção do capital e de trabalho. Sendo assim, percebeu-se o surgimento de novos processos de trabalho, onde a produção em série e de massa passaram a ser “substituídas” por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado, pela busca de produtividade e pela especialização flexível.

O mercado interno brasileiro sempre assumiu, portanto, a escala mínima da “reprodução da força de trabalho”. É isso que os empresários coloniais julgaram necessário para sua acumulação de capital – entrando aí no cálculo de seus ativos, a vida curta do trabalhador que constitui o corolário da deterioração de sua saúde perpetrada pelo regime de trabalho a que é submetido. Depreende-se disso que, em sua origem histórica, o trabalhador brasileiro não conta com garantia alguma – ao contrário – de direitos à nutrição, saúde, educação e, menos ainda, lazer, posto que o acesso ao consumo se reduz à reprodução pura e simples de sua força de trabalho. Uma força de trabalho de baixo valor agregado. O trecho que se segue sobre o trabalho com algodão, no período escravista, não difere em natureza, como veremos ulteriormente, dos projetos para a educação profissional na periferia do capitalismo, perfilhados atualmente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial.

Abordando-se essa questão da relação homem-trabalho, ressaltam-se as contribuições de Christopher Dejours, que afirmou que a mesma carga consigo uma subjetividade, a qual “produz” muitos efeitos reais e concretos. Alguns fatores estão muito presentes nessa relação. São eles: a *história pessoal de cada sujeito*, abarcando desejos, necessidades psicológicas e motivacionais; *vias de descargas preferenciais*, participam da estrutura e da personalidade de cada indivíduo distintamente; *organismo do trabalhador*, o mesmo não é um motor humano e é objeto de excitações endógenas e exógenas. Logo, há um “perigo” principal, envolvido nesse contexto, “de um subemprego de aptidões psíquicas, fantasmáticas ou psicomotoras, que ocasiona uma retenção de energia pulsional, o que constitui precisamente a carga psíquica de trabalho” (DEJOURS, 1994, p. 24).

É importante que se analise o trabalho a partir da perspectiva ontológica e histórica. Em relação à primeira, somente o trabalho tem como sua essência ontológica um claro caráter de transição (no homem que trabalha, percebe-se uma “passagem” do ser que é meramente biológico para o ser social). Logo, compreende-se o trabalho como ação transformadora da realidade e dirigida por finalidades conscientes que respondem aos desafios da natureza na luta pela sobrevivência. Ou seja, o “animal racional” se torna “Ser Humano” por intermédio do trabalho e a linguagem e o pensamento (mediações próprias dos seres humanos) surgiram e existem em função do trabalho. Em relação à segunda, constitui-se em um processo de constantes transformações e é produto do desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, o trabalho no modelo de produção capitalista é transformado em mercadoria e é conhecido pela denominação de emprego (LUKÁCS, 2013; SOUZA; DUCATTI, 2015; ROBAINA; PINHEIRO, 2015). Nesse mesmo diapasão, Souza e Ducatti (2015) afirmam que a formação da identidade do indivíduo está fortemente relacionada à ocupação profissional ou à profissão de cada um.

Para Netto e Carvalho (2015) o trabalho é uma condição necessária e não eliminável da vida humana. Além disso, seria a forma de troca entre o ser humano e a natureza. Tratando-se de vida humana, percebe-se que os atos de produção e reprodução se realizam pelo trabalho. Marx (1996) afirma que o processo de trabalho, enquanto consumo da força de trabalho pelo capitalista, apresenta dois fenômenos muito particulares. O primeiro deles se dá pelo fato de que o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, uma vez que é este o responsável por “zelar” para que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados de forma a atingir os objetivos.

O segundo é o fato de o produto ser propriedade do capitalista, ou seja, o processo de trabalho é um processo entre elementos que o capitalista comprou e que lhe pertencem. Sendo assim, o trabalho vai interessar ao capitalista enquanto “puder” permitir a produção de “valor” e “mais valor” (NETTO; CARVALHO, 2015). Ou seja, quando o capitalista coloca em movimento os elementos comprados para realizar o processo produtivo vai obter, no final desse processo, um valor maior do que o que foi “colocado” inicialmente. Logo, percebe-se que no capitalismo o processo de trabalho deve satisfazer as necessidades do capital (valorização do valor) e não as do trabalhador.

Compreende-se, assim, as modificações que foram ocorrendo nas sociedades (provenientes de mudanças no sistema capitalista) e algumas das principais características que influenciam o trabalho e o trabalhador. Borsoi (2012) esclarece que o trabalho docente possui algumas questões interessantes de serem mencionadas, como por exemplo: o fato de ser um tipo de labor onde há extrapolação dos limites exigidos na jornada regimentar contratual; depende de condições favoráveis para que possa ser plenamente efetivado; pode ser realizado dentro e fora do ambiente institucional. Logo, pode-se compreender que as atividades docentes acabam se realizando na dimensão “imaterial do trabalho” e os próprios docentes acabam adotando modos de viver que não reconhecem mais os limites entre o tempo do trabalho e do não trabalho. Percebe-se, então, que o professor, principalmente o universitário, está imerso em um campo no qual os parâmetros de produtividade e a diversidade de atividades circulam entre as exigências burocráticas (ler e responder e-mails, participar de reuniões de trabalho em horário de almoço, resolver demandas administrativas ou acadêmicas, incluindo atualizar informações a respeito de sua formação ou de currículo acadêmico) e as intelectuais (pesquisas, aulas, artigos, livros, relatórios científicos).

Dias e Serafim (2015) afirmam que, com o passar dos anos, a universidade pública sofreu modificações significativas. Dentre elas, destacam-se: a ascensão do capitalismo acadêmico, o processo de mercantilização do conhecimento e o “inovacionismo”. Essas alterações estão muito ligadas ao desenvolvimento do neoliberalismo. De modo bem simplório, pode-se entender que este pregava a liberalização de fluxos comerciais e financeiros, o ajuste fiscal e o redesenho das relações estado-sociedade, buscando a garantia de um ambiente favorável ao investimento.

Entretanto, não houve concretização dessas situações e o que se percebe é o aumento bastante significativo na concentração da riqueza e da renda, que se potencializa devido à disparidade, cada vez mais acentuada, entre os retornos gerados pelo trabalho e pelo capital (PIKETTY, 2014). Contudo, o neoliberalismo obteve um grandioso sucesso na perspectiva político-ideológica e, por conta disso, continua embasando as políticas de governo, mundialmente (DIAS; SERAFIM, 2015). A partir disso, houve a “proliferação” de ideias como: a primazia do lucro individual sobre o bem-estar social e do mercado sobre a sociedade e sobre o próprio Estado. Essa denominada “vitória ideológica” do regime neoliberal trouxe implicações importantes nas relações entre a sociedade e a universidade, principalmente pelo fato de que, esta última, tornou-se mais permeável aos valores apreçados pelo mercado. Sendo assim, aspectos como a produtividade e a eficiência estão sendo preconizados em “primeira ordem” pelas instituições, em especial pelas universidades públicas.

Cabe ressaltar que, como esclarecem Freitas e Silva (2016), esta política neoliberal influencia e afeta de diversas maneiras a saúde de docentes e inclusive é umas das causas que mais contribuem para acentuação do número de casos da síndrome de *Burnout* e da síndrome do Pânico, por exemplo, além de aumento de casos de estresse, suicídios, torturas psicológicas e depressão que acometem muitos profissionais da referida categoria. Dentro deste contexto, faz-se pertinente mencionar que o Sindicato Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) tem explanado (através de publicações, cartilhas e informes) as condições degradantes de trabalho as quais muitos destes professores são submetidos e os diversos casos de adoecimento dos mesmos. Além disso, especialmente no Brasil, dados do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) acerca de concessões de aposentadoria por invalidez (incapacidade definitiva para o trabalho) e de benefícios previdenciários de auxílio-doença (incapacidade para o trabalho superior a 15 dias) demonstram que os transtornos mentais ocupam o terceiro lugar entre as causas dessas ocorrências.

Para Naghieh et al. (2015), a profissão docente é uma ocupação com alta prevalência de estresse relacionado ao trabalho. Isso além de causar problemas de saúde nos professores, pode afetar negativamente a saúde, o bem-estar dos alunos. A maioria das intervenções para o bem-estar dos professores são direcionadas ao nível individual e, portanto, não abordam as causas do estresse no local de trabalho. Kidger et al. (2016) ao realizarem pesquisa com 755 professores em oito escolas constataram que a prevalência de sintomas depressivos é elevada entre os professores.

Rodríguez-Mantilla e Fernández-Díaz (2017) afirmam que professores apresentam elevados níveis de síndrome de *burnout*. Isso pode ser causado por fatores internos (características psicológicas) ou fatores externos (excesso de trabalho, clima social, etc.). Em uma amostra com 794 professores de Madri, aplicando metodologia de modelagem de equações estruturais, observou-se que a relação professor-aluno tem um efeito significativo na síndrome de *burnout* e as relações professor-superior e professor-colega de trabalho também mostram efeito relacionados a síndrome.

Chennoufi et al. (2012) identificaram a síndrome de *burnout* em 21% e o esgotamento emocional foi encontrado em 27,4% dos casos. A maioria dos professores (66,4%) declarou estar estressado no trabalho. Os estressores profissionais relatados pelos professores estão relacionados com condições de trabalho ruins (80,3%), sobrecarga de trabalho (75,2%), dificuldades administrativas (70,4%), dificuldades com os alunos e seus familiares (64,4%) e, finalmente, fatores organizacionais (57,1%).

Tratando-se da categoria produtividade (interiorizada das atividades econômicas para o trabalho intelectual), Luz (2005) afirma que tem atuado cada vez mais negativamente sobre os agentes produtores de ciência, nesse caso, o docente (principal ator das atividades de pesquisa nas instituições universitárias). Principalmente quando se leva em consideração o agente que produz e a sobrecarga de trabalho exercida sobre o mesmo, e não os benefícios que sua produção pode trazer (para as empresas e para o Estado, por exemplo). A partir disso, podem-se perceber influências “danosas” na saúde dos docentes que estão submetidos a esse regime social de produção.

Dentro desse contexto, percebe-se que as atividades de pesquisa estão cada vez mais concentradas nos programas de pós-graduação das instituições públicas universitárias, as quais recebem subsídios das agências de fomento. Estas, por intermédio de editais, tem induzido, a partir de interesses da política governamental, eixos temáticos de investigação, o roteiro metodológico a ser seguido pelos pesquisadores e a “lista de produtos” dos resultados. Ou seja, o que os professores devem pesquisar e como devem fazê-lo, além de “estipularem” um padrão para os resultados. Sendo assim, compreende-se que o pesquisador/docente é avaliado pela quantidade de produtos extraídos de seus projetos. Seguindo-se cada vez mais a lógica de quanto maior for a quantidade de produtos, maior será a produtividade, a seguinte questão vem

à tona: “publicar ou perecer, ou perecer por publicar (em excesso)?” (CAMARGO JÚNIOR, 2014, p. 337). Logo, toda essa situação gera um intenso estresse e as consequências são refletidas sobre a saúde desses trabalhadores (LUZ, 2005).

A respeito desta questão de “publicar ou perecer”, cabe destacar que alguns casos de suicídios de docentes, tanto em Universidades brasileiras quanto em estrangeiras, parecem estar cada vez mais ligados à referida questão. Como demonstraram os estudos de Netto e Carvalho (2015) que investigaram, a partir dos sites oficiais destas Instituições e de relatos deixados pelos trabalhadores das mesmas, tal temática e perceberam que diversos professores, com idades entre 39 e 62 anos, dias antes de se suicidarem relataram completo desgosto diante da lógica produtivista e da natureza mutável do campo acadêmico. Inclusive, muitos deles declaravam se sentirem desprezados (quando não inseridos nesta lógica). Neste contexto, o pesquisador Mark Kaplan (entrevistado por Colleen Flaherty, em 2013) esclarece que a vida acadêmica é considerada como um grande estressor, principalmente entre os docentes mais jovens. Porém, este fato é esquecido e essa relação entre suicídio e atuação docente, apesar de ser cada vez mais latente, acaba também sendo ignorada (sobretudo pelo fato de não se conseguir comprovar que esses docentes se suicidaram devido a estas condições).

Faz-se necessário, nesse momento, destacar o que Dejours (1994) denominou de psicopatologia do trabalho e o que o autor entende por sofrimento. A primeira pode ser interpretada como uma análise dinâmica dos processos psíquicos mobilizados pela confrontação do sujeito com a realidade do trabalho. Ou seja, uma investigação dos conflitos existentes que surgem do encontro entre esse sujeito (com toda sua singularidade e historicidade) e uma situação de trabalho cujas características, na maioria das vezes, são fixadas à revelia da vontade do trabalhador. Isto tem acontecido muito na sociedade atual, principalmente por conta do individualismo que, para esse autor, é uma das explicações da evolução social e das crises das relações sociais tanto de trabalho quanto “gerais”. Enquanto o segundo pode ser interpretado pelo fato de a energia pulsional se acumular no aparelho psíquico, pois ela não encontrou descarga no exercício do trabalho. Por conta disso, a mesma ocasiona um sentimento de desprazer e tensão, que fica atrelado somente na “psique” do sujeito, e “transfere” toda essa energia para o corpo e passa a operar em uma perspectiva somática. Essas pressões ligadas às condições de trabalho têm como alvo principal o “corpo dos trabalhadores, onde elas podem ocasionar desgaste, envelhecimento e doenças somáticas” (DEJOURS, 1994, p. 125).

De acordo com Freitas e Silva (2016), faz-se pertinente mencionar que a educação tem sido vista como mercadoria e isto acontece devido ao fato de o neoliberalismo acentuar as potencialidades do capitalismo. Dentro deste contexto, percebe-se o docente como sendo “agente transformador da sociedade” e a arte de ensinar se impondo como desafio de forças, saberes e resistência emocional. Logo, compreende-se que os professores estão imersos em uma relação contraditória de trabalho, pois são responsáveis por responderem tanto às demandas capitalistas (muitas vezes os inserem em situações de desvalorizações e de perda da própria identidade enquanto educador) quanto aos anseios da sociedade. Além disso, os mesmos ainda precisam: formar cidadãos autônomos e críticos; desempenhar diferentes funções (“psicólogo”, “membro” da família do docente, realizar atividades administrativas); lutar cotidianamente pelo reconhecimento de suas atividades e por melhores condições de trabalho e salário.

Bosi (2007) esclarece que os docentes se tornam reféns dos critérios de produtividade (impostos pelo sistema) e estes instituem novos valores no espaço universitário e ressocializam todas as atividades que compõem o trabalho acadêmico, ocasionando a permissão e legitimação de uma invasão crescente do tempo do trabalho na vida desses docentes. Há uma pressão exercida sobre o docente, para que o mesmo aumente cada vez mais a quantidade de trabalho dentro da jornada de quarenta horas semanais. Essa pressão está fortemente embasada na concepção de que os docentes precisam ser mais produtivos, ou seja, devem “produzir mais

produtos”, como publicações, orientações e aulas. Na mesma toada, observa-se uma intensa competitividade que é naturalizada nesse ambiente e se torna uma regra. Ora, em um campo onde há predominância das características supramencionadas, torna-se difícil a produção de uma identidade que se dê pela percepção de que é preciso uma mobilização e uma organização a fim de provocar a mudança desse sistema.

Além dessas “pressões internas”, mencionadas anteriormente, que são diretamente transferidas aos professores, ainda existem os “elementos externos” que também são responsáveis por ocasionarem um estado de profundo mal-estar na saúde desses sujeitos. São eles: retiradas de direitos trabalhistas (PEC 55, antiga PEC 241) e de direitos previdenciários (Reforma da Previdência 2016) e condições precarizadas de trabalho (ligadas a desqualificação iniciada por diferentes autoridades governamentais). A respeito desta, a autora Deise Mancebo afirma que é a principal responsável pelo aumento de sofrimento subjetivo e aprofundamento do individualismo e neutralização das mobilizações coletivas e pela intensificação do regime de trabalho da referida categoria (FREITAS; SILVA, 2016; MANCEBO, 2007).

Sendo assim, está cada vez mais difícil encontrar uma saída no mercado de trabalho, quase escravista, dado o nível de exigências a que se submetem atualmente os trabalhadores em trabalhos, geralmente, instáveis e precários (LUZ, 2013). O automatismo tecnológico muito presente nessa fase da economia acaba dispensando o trabalho humano. Isso implica, de alguma maneira, dispensar os trabalhadores, ou aceitá-los como sendo descartáveis, destituídos do status social e do prestígio das funções ligadas a direitos históricos conquistados ao longo do século XX. “O capitalismo atual praticamente canibaliza a força de trabalho” (LUZ, 2013, p. 9), uma vez que o capital financeiro detém o controle sobre o trabalho, sobre a distribuição da mercadoria e sobre a circulação através do incentivo ao consumo. Ou seja, o capitalismo controla a produção como um todo.

CONCLUSÃO

Os objetivos principais que nortearam este ensaio envolvem a identificação de algumas características pertencentes às sociedades disciplinar e de controle e a análise das influências na saúde de docentes. Ao fazer uma análise, a partir das contribuições de autores como Michel Foucault e Gilles Deleuze, das sociedades disciplinar e de controle, pode-se entender que as mesmas “seguiram” uma lógica de estruturação capitalista. Percebe-se, também, que cada uma delas seguiu um “modelo” diferenciado desse mesmo sistema, o que é perfeitamente compreensível, já que o capitalismo é baseado em um sistema de contradições e foi se modificando com o passar dos anos. Faz-se necessário destacar o entendimento de que os mecanismos que caracterizam a sociedade disciplinar não deixaram de existir, ou seja, não foi uma “substituição” das disciplinas para o controle. O que ocorreu foi um aperfeiçoamento dessas técnicas a fim de se “adequarem” aos novos discursos e práticas preconizados na sociedade de controle.

Importante destacar que esses discursos e práticas presentes na sociedade atual também vão se estender ao campo da saúde. Luz (2007) chama atenção para o fato de que a saúde vem se tornando um paradigma universal, uma espécie de mandamento que tem por finalidade produzir um discurso normalizador (CANGUILHEM, 1993). Ou seja, para ela, esse mandamento de “conservar saúde”, “ter saúde” não está restrito a permanência na normalidade médica (“preserva-se”, evitar doenças). Todavia, faz menção a uma versão da utopia da saúde (SFEZ, 1996). Essas questões também trazem implicações para o mundo do trabalho e do trabalhador, principalmente na sociedade atual.

Buscou-se entender, por intermédio desse ensaio, os porquês envolvidos, entrelaçados, engajados entre essas sociedades e os mecanismos que as caracterizam e suas influências na saúde desses docentes. Desse modo, consegue-se interpretar melhor as consequências *do* mundo do trabalho, *no* mundo do trabalho e as implicações no processo de saúde-doença dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

- ADAM, P.; HERZLICH, C. **Sociologia da doença e da medicina**. Bauru, SP: EDUSC, 2001. 146 p.
- ANTUNES, R. L. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, SP: Cortez, 1995. 155 p.
- ARAÚJO, T. M.; GRAÇA, C. C.; ARAÚJO, E. Estresse ocupacional e saúde: contribuições do Modelo Demanda-Controle. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 991-1003, 2003.
- BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T.; YAEGASHI, S. F. R.; ALVES, I. B.; LARA, S. **O trabalho docente e o Burnout: um estudo em professores paranaenses**. In: Anais do VII EDUCERE e III CIAVE, Curitiba, PUCPR, 2008. p. 4870- 4884.
- BOSI, A. P. A Precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1503-1523, 2007.
- BORSOI, I. C. F. Trabalho e produtivismo: saúde e modos de vida de docentes de instituições públicas de ensino superior. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 15, n. 1, p. 81-100, 2012.
- CAMARGO JÚNIOR, K. R. Publicar ou perecer, ou perecer por publicar (em excesso)? **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 337-339, 2014.
- CANGUILHEM, G. **Le normal et le pathologique**. Paris: PUF, 1993.
- CARLOTTO, M. S. Síndrome de Burnout em professores: prevalência e fatores associados. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, n. 4, p. 403-410, 2011.
- CHENNOUFI, L.; ELLOUZE, F.; CHERIF, W.; MERSNI, M.; M'RAD, M. F. Stress and burnout among Tunisian teachers. **L'Encephale**, v. 38, n. 6, p. 480-487, 2012.
- DEJOURS, C. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994. 145 p.
- DELEUZE, G. **Conversações**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013. 240 p.
- DIAS, R.; SERAFIM, M. Comentários sobre as transformações recentes na universidade pública brasileira. **Avaliação Campinas**, Sorocaba, SP, v. 20, n. 2, p. 335-351, 2015.
- FOUCAULT, M. **Histoire de la sexualité: la volonté de savoir**, Paris: Gallimard, 1976.
- _____. **Surveiller et Punir: naissance de la prison** Paris: Éditions Gallimard, 1993.
- _____. **Il faut défendre la Société: Cours au Collège de France 1976**. Paris: Seuil, 1997.
- FREITAS, P. A. L. M.; SILVA, M. S. Trabalho docente cercado por circunstâncias que são fontes de adoecimento. **Revista: Direitos, trabalho e política social**, Cuiabá, v. 2, n. 2, p. 126-151, jan./jun. 2016.
- GOMEZ, C. M. Campo da saúde do trabalhador: trajetória, configuração e transformações. In: GOMEZ, C. M.; MACHADO, J. M. H.; PENA, P. G. L. (Orgs.). **Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. p. 23-34.
- KIDGER, J. et al. Teachers' wellbeing and depressive symptoms, and associated risk factors: a large cross sectional study in English secondary schools. **Journal of Affective Disorders**, v. 1, n. 192, p. 76-82, 2016.
- LACAZ, F. A. C. Saúde dos trabalhadores: cenário e desafios. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 7-19, 1997.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**: volume II. São Paulo: Boitempo, 2013. 856 p.

LUZ, M. T. Prometeu acorrentado: análise sociológica da categoria produtividade e as condições atuais da vida acadêmica. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 39-57, 2005.

_____. **Novos saberes e práticas em saúde coletiva**: estudo sobre as racionalidades e atividades corporais. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2007. 174 p.

_____. Pequenas destruições, danos irreparáveis: comentários aos modos sociais de vida no capitalismo pós-moderno; implicações na saúde. **Revista EPOS**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 1-22, 2013.

MANCIBO, D. Trabalho docente: subjetividade, sobreimplicação e prazer. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 20, n. 1, p. 74-80, 2007.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política – volume I. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1996. 473p.

MATTA, G. C. A Organização Mundial da Saúde: do controle de epidemias à luta pela hegemonia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 3 n. 2, p. 371-96, 2005.

MATTOS, R. S. **Fibromialgia**: o mal-estar do século XXI. São Paulo: Phorte, 2015. 240 p.

MENDES, R.; DIAS, E. C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Revista de Saúde Pública**, v. 25, n. 5, p. 341-349, 1991.

MENDONÇA, A. L. O. O cuidado com a saúde na era da ciência e da técnica: o que é a saúde, afinal? **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 783-788, 2014.

MERLO, A. R. C.; LAPIS, N. L. A saúde e os processos de trabalho no capitalismo: reflexões na interface da psicodinâmica do trabalho e da sociologia do trabalho. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 61-8, 2007.

NAGHIEH, A.; MONTGOMERY, P.; BONELL, C. P.; THOMPSON, M.; ABER, J. L. Organisational interventions for improving wellbeing and reducing work-related stress in teachers. **The Cochrane Database of Systematic Reviews**, v. 8, n. 4, 2015.

NETTO, N. B.; CARVALHO, B. P. Trabalho, universidade e suicídio: uma análise da precarização/intensificação do trabalho docente desde o materialismo histórico-dialético. **Revista Advir**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 67-85, 2015.

NUNES, E. Ciências Sociais em Saúde: um panorama geral. In: GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A. (Org.). **O clássico e o novo**. Tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). **Empleo y condiciones de trabajo del personal docente**. Ginebra: OIT, 1981.

PORTOCARRERO, V. Instituição escolar e normalização em Foucault e Canguilhem. **Educação e Realidade**, v. 29, n. 1, p. 169-185, 2004.

REZENDE, P. S.; IANNI, A. M. Z.; ALVES, O. S. F. Uma contribuição para a história das Ciências Sociais na Saúde Coletiva – Os Congressos Brasileiros de Ciências Sociais e Humanas em Saúde da ABRASCO e suas produções científicas, 1995 – 2007. **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 603-626, 2009.

ROBAINA, C. M. V.; PINHEIRO, R. M. S. Saúde mental e trabalho nas particularidades do serviço público. **Revista Advir**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 36-46, 2015.

RODRIGUES, P. C. Saúde do trabalhador: a contribuição de um programa de saúde mental numa universidade pública. **Revista Advir**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 99-111, 2015.

RODRÍQUEZ-MANTILLA, J. M.; FERNÁNDEZ-DÍAS, M. J. The effect of interpersonal relationships on burnout syndrome in Secondary Education teachers. **Psichothema**, v. 29, n. 3, p. 370-377, 2017.

SCLIAR, M. História do conceito de saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 29-41, 2007.

SFEZ, L. **A saúde perfeita**: crítica de uma nova utopia. São Paulo: Edições Loyola, 1996. 403 p.

SOUZA, K. R.; SANTOS, M. B. M.; PINA, J. A.; MARI, A. B. V.; CARMO, M. A. T.; JENSEN, M. A trajetória do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (Sepe – RJ) na luta pela saúde no trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 8, n. 4, p. 1057-1068, 2003.

SOUZA, T. M. S.; DUCATTI, I. Rebatimentos do assédio moral no trabalho sobre o processo de alienação dos/as trabalhadores/as. **Revista Advir**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 7-24, 2015.

VASCONCELLOS, L. C. F. **Saúde, trabalho e desenvolvimento sustentável**: apontamentos para uma Política de Estado. 2007. 421 f. Tese (Doutorado em Ciências na área de Saúde Pública). Centro de Informação Científica e Tecnológica - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2007.

VERTHEIN, M. A. R.; GOMEZ, C. M. Movimentos de assepsia social: a doença do trabalho fora de alcance. In: GOMEZ, C. M.; MACHADO, J. M. H.; PENA, P. G. L. (Orgs.). **Saúde do Trabalhador na Sociedade Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. p. 273-294.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Constitution of the World Health Organization**. 1946. Disponível em: <<http://www.who.int/library/collections/historical/en/index3.html>>. Acesso em: 4 dez. 2016.